ANEXO

Grelha de avaliação multi-critérios para estágios profissionais na Administração Pública

Critérios de avaliação	Pontuação (a)	Ponderação (percentagem)	Total
1 — Organização do pedido de financiamento		10	
Apresentação		10	
Estruturação			
2 — Plano do estágio		30	
Diagnóstico das necessidades e oportunidade e sua fundamentação		30	
Categorias profissionais/áreas funcionais abrangidas			
Áreas temáticas abrangidas na componente formativa			
3 — Análise do conteúdo do pedido de financiamento		60	
3A — Adequação do plano do estágio:			
Adequação do plano do estágio à estratégia e necessidades identificadas dos serviços/organismos		20	
Adequação do plano do estágio ao perfil dos destinatários e aos conteúdos, duração e metodologias formativas propostas			
3B — Prioridades:			
Estágios decorrentes de projectos financiados pelo eixo n.º 1 do POAP ou por outros programas operacionais		40	
Estágios com enfoque na modernização da Administração Pública, nomeadamente em áreas de competência em falta no quadro de agentes públicos existente			
Estágios que decorram em organismos ou serviços desconcentrados da administração pública central localizados em regiões de objectivo 1			
Estágios que apresentem evidente contributo positivo em matéria de igualdade de oportunidades de género			
Valia do projecto (b)			

(a) A pontuação é atribuída em cada item na escala de 0 a 10 valores, tendo por base a seguinte graduação:

10 e 9 — *Muito bom*;
8 e 7 — *Bom*;
6 e 5 — *Aceitável*;
4 e 3 — *Insuficiente*;
2 e 1 — *Muito insuficiente*;
0 — *Inexistente/Não aplicável*.

(b) Os pedidos de financiamento cuja valia do projecto seja inferior a 5 valores são indeferidos, uma vez que se considera não possuírem qualidade mínima aceitável.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Louvor n.º 1445/2005. — A assistente administrativa especialista do quadro da PSP Maria Augusta Martins Gonçalves da Silva Rodrigues prestou um relevante serviço ao Estado durante os mais de 30 anos em que se encontrou destacada nos gabinetes de apoio administrativo ao Governo, no Ministério da Administração Interna. As suas qualidades humanas, a competência e a dedicação à causa pública, aliadas a um profundo conhecimento dos processos com que lidou, muito contribuíram para o desempenho do trabalho realizado. No momento da sua reforma do serviço é de plena justiça prestar-lhe público louvor pela carreira de funcionária pública, que nos cumpre destacar.

8 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 24 732/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, é destacado para o meu Gabinete, para a realização de estudos e acompanhamento do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios Florestais, o tenente-coronel de infantaria (06270882) Joaquim

de Sousa Pereira Leitão — RPMP/DAMP, pelo período compreendido entre 1 de Novembro de 2005 e 31 de Janeiro de 2006.

2 — Ao destacado é atribuído abono de despesas de representação equivalentes a adjunto de gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Novembro de 2005.

3 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 24 733/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 21.º e 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e ao abrigo do despacho conjunto n.º 669/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Isabel Parreiral Gaspar Mendes Hipólito no cargo de chefe de divisão de Documentação e Arquivo.

4 de Agosto de 2005. — A Secretária-Geral, em substituição, *Albertina Guedes*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 10 887/2005 (2.ª série). — *Alteração ao aviso n.º 7649/2005, publicado no Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005. — Faz-se público que, nos termos do despacho de 15 de Outubro de 2005 do 2.º comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, o júri do concurso externo de ingresso para admissão